

Image: Zurijeta/Shutterstock

FIM DO CASAMENTO INFANTIL NA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS NACIONAIS E DA LEI MODELO DA SADC SOBRE O CASAMENTO INFANTIL

Agosto de 2023

UNFPA

Spotlight Initiative

SADC Parliamentary Forum
Forum Parlementaire
Fórum Parlamentar

Equality Now
A just world for women and girls.



Photo: Muhammadtaha Ibrahim/Pexels

ÍNDICE

ANTECEDENTES 3

CONTEXTO ATUAL 4

Uganda 4

Malawi 7

Zâmbia 10

RECOMENDAÇÕES 12

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi encomendado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), através do Escritório-Regional da África Oriental e Austral (ESARO). O relatório foi redigido por Susan Mutambasere, consultora da Equality Now. Meron Negussie e Lindsay Barnes do UNFPA ESARO contribuíram para garantir a qualidade do estudo. Harriet Ndagire, Rose Kamanga, Womba Mayondi e Jyoti Tewari, também do UNFPA, forneceram um valioso apoio ao revisar a versão preliminar. O UNFPA gostaria de agradecer Boemo M. Sekgoma, Secretário-Geral do FP/SADC, Krishna Seegobin e os funcionários do Secretariado do FP/SADC pela sua contribuição técnica e pelo seu compromisso contínuo pelo fim do casamento infantil na região da SADC. O UNFPA também deseja agradecer a todos os colaboradores da People Serving Girls at Risk (Malawi), da Joy for Children (Uganda), da Generation Alive (Zâmbia) e da Equality Now, que contribuíram para este documento.

Citação recomendada para este relatório: UNFPA ESARO e Equality Now. 2023. Fim do casamento infantil na África Oriental e Austral: Implementação das leis nacionais e da lei modelo da SADC sobre o casamento infantil, UNFPA ESARO.

SOBRE A EQUALITY NOW

Desde a sua fundação em 1992, a Equality Now tem utilizado uma combinação única de ativismo jurídico, estabelecimento de parcerias regionais e mobilização comunitária para incentivar os governos a adotarem, aprimorarem e aplicarem leis que protejam e promovam os direitos humanos das mulheres e das raparigas em todo o mundo. Com o apoio de uma equipe internacional, as nossas campanhas estão centradas em quatro áreas programáticas: igualdade legal, erradicação da violência sexual, eliminação de práticas nocivas e erradicação da exploração sexual, com um foco transversal nas necessidades únicas de raparigas adolescentes.

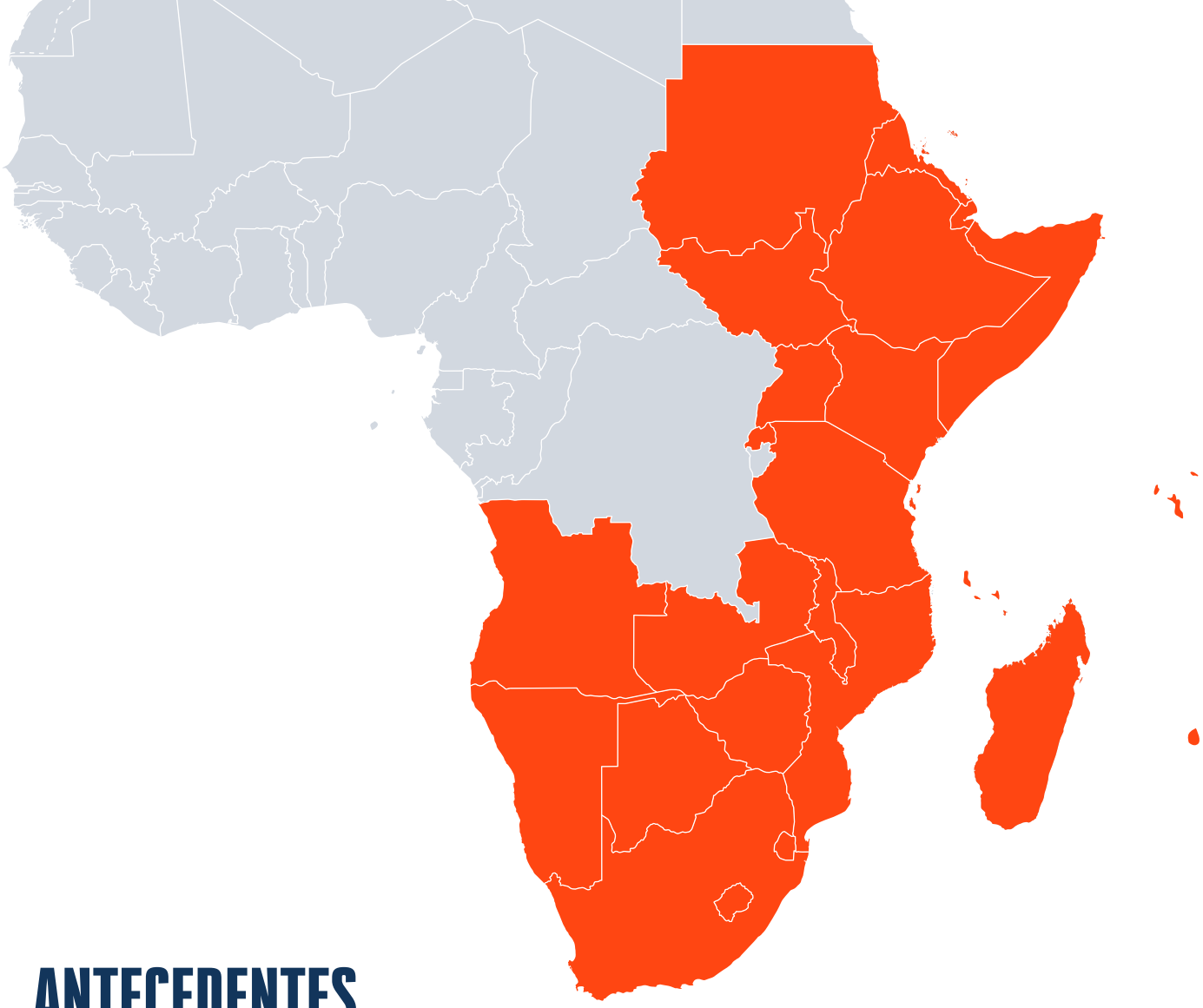
info@equalitynow.org

www.equalitynow.org

@equalitynoworg

@equalitynoworg

@equalitynow



ANTECEDENTES

A região da África Oriental e Austral possui algumas das maiores taxas de casamento infantil do mundo: estima-se que 31% das mulheres jovens/crianças tenham se casado antes dos 18 anos.[1] A promulgação de quadros legislativos e políticos sólidos é uma das estratégias eficazes para combater o problema do casamento infantil. Leis claras, consistentes e em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos auxiliam na redução da incidência do casamento infantil em vários países. Essas leis devem conter disposições para proteger as crianças estabelecendo, por exemplo, a idade mínima de casamento em 18 anos para rapazes e raparigas, sem exceções. Isso inclui a eliminação de exceções pendentes de consentimento parental ou judicial que contornem o requisito da idade mínima. A idade mínima para o casamento e outras disposições estão claramente contempladas na Lei Modelo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral para a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção das Crianças Já Casadas (Lei Modelo da SADC ou simplesmente a Lei Modelo).

No entanto, para que essas leis e disposições sejam eficazes na erradicação do casamento infantil, é fundamental que sejam implementadas com seriedade. Até agora, houve uma certa aceitação da Lei Modelo na região, e vários países incorporaram, de alguma maneira, as disposições/normas nas suas leis nacionais e/ou procedimentos administrativos.[2] Embora a Lei Modelo tenha sido adotada principalmente pelos países da região da SADC, muitos países da África Oriental também incorporaram normas internacionais e regionais de direitos humanos nos seus quadros legislativos para combater o casamento infantil. Este relatório centra-se na implementação da Lei Modelo na região da SADC, avaliando o Malawi e a Zâmbia, assim como a implementação de leis de casamento infantil na África Oriental, utilizando o Uganda como estudo de caso. A publicação destaca os desafios em relação à implementação, boas práticas e recomendações para aprimorar a implementação na região da África Oriental e Austral.

1 Relatório do UNFPA sobre a Situação da População Mundial, 2023.
2 UNFPA ESARO e Equality Now. 2023. Fim do casamento infantil na África Oriental e Austral: Adaptação Nacional da Lei Modelo da SADC sobre o casamento infantil, UNFPA ESARO.

CONTEXTO ATUAL

África Oriental

UGANDA

O Uganda aderiu à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) em 22 de julho de 1985 e ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) em 17 de agosto de 1990. No âmbito do sistema africano de direitos humanos, o Uganda ratificou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo) em 22 de julho de 2010 e a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (ACRWC) em 17 de agosto de 1994. Isto significa que o Uganda é obrigado a incorporar esses instrumentos relevantes para a proibição do casamento infantil, todos os quais definem que uma criança é uma pessoa com menos de 18 anos. Para cumprir as suas obrigações, o Uganda precisa garantir que a idade mínima de casamento seja de 18 anos, sem exceções.

A Constituição do Uganda de 1995, a lei suprema do país, prevê o direito de casar no Artigo 31 (1), que é concedido a indivíduos com 18 anos ou mais, sendo essa a idade mínima para o casamento. As leis que regem o casamento foram divididas em diferentes tipos de casamento, cada uma estabelecendo uma idade mínima diferente para cada tipo de casamento, conforme ilustrado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Leis relativas ao casamento infantil no Uganda

Lei	Idade mínima do casamento	Exceções
Constituição do Uganda de 1995	18 para rapazes e raparigas	Não
Lei do Casamento de 1904, Capítulo 251 (para casamentos civis)	21 para rapazes e raparigas	Sim, consentimento parental ou judicial pode ser concedido para o casamento com idade inferior a 21 anos.
Lei do casamento consuetudinário de 1973 (Lei de registros), Capítulo 248	16 para raparigas e 18 para rapazes. A idade mínima inferior para raparigas foi declarada inconstitucional no caso *Aboneka* .	Não, mas o consentimento dos pais é necessário para o casamento com menos de 21 anos, mas com mais de 16 ou 18 anos, conforme aplicável. Dar a decisão aos pais é uma prática nociva, pois prejudica o consentimento livre de um indivíduo e, muitas vezes, os pais são guardiões da cultura e das normas que perpetuam o abuso infantil. O caso *Aboneka* declarou inconstitucional a exceção por consentimento parental.
Lei Hindu de Casamentos e Divórcios de 1961, Capítulo 250	16 para raparigas e 18 para rapazes. A idade mínima inferior para raparigas foi declarada inconstitucional no caso *Aboneka* .	Não, mas raparigas menores de 18 anos e maiores de 16 anos precisam do consentimento dos pais para se casarem (situação declarada inconstitucional pelo caso *Aboneka*). Os pais tendem a ser perpetradores de abuso infantil em nome da cultura e da religião.
Lei do Casamento e Divórcio dos Muçulmanos, Capítulo 252, de 1906	Não especifica a idade mínima, mas refere-se ao casamento de menores. O caso *Aboneka* declarou que a idade mínima de casamento deveria ser fixada em 18 anos.	Não
Ão Lei da Criança de 1997, Capítulo 51	18 para rapazes e raparigas	Não
Lei do Código Penal 2007	18 para rapazes e raparigas	Não

No entanto, a 20 de fevereiro de 2023, o Tribunal Constitucional do Uganda em *Kirya Martins & Aboneka Michael v. Procuradoria-Geral*[3], numa decisão inovadora, considerou que as disposições da Lei do Casamento Consuetudinário, da Lei Hindu de Casamentos e Divórcios e da Lei do Casamento e Divórcio dos Muçulmanos, na medida em que contradiziam a idade mínima de casamento estabelecida no artigo 31 da Constituição, eram nulas e sem efeito.

3 Petição Constitucional nº 135 de 2021; julgamento datado de 20 de fevereiro de 2023. https://ulii.org/akn/ug/judgment/ughccd/2022/1/eng@2022-01-10

Aboneka Michael & Kirya Martins/Procuradoria-Geral

Resumo das questões

Os peticionários contestaram a Seção 11(a) da Lei do Casamento Consuetudinário (Registo), Cap. 248, a Seção 4(a) e 5(1)(a) da Lei do Casamento e Divórcio dos Muçulmanos, Cap. 252 (Seção 5 na medida em que permitia o registo de casamentos de pessoas com menos de 18 anos) e a Seção 2(1)(c) da Lei Hindu de Casamentos e Divórcios, Cap. 250, que permitiam o casamento de raparigas antes de atingirem a idade de 18 anos. Essas disposições violavam o artigo 31(1) da Constituição de 1995, que estabelece a idade mínima de 18 anos para o casamento. Além disso, os peticionários contestaram a Seção 11(a) da Lei do Casamento Consuetudinário (Registo), que previa diferentes idades mínimas para rapazes e raparigas (16 para raparigas e 18 para rapazes), pois esta viola o direito à igualdade de tratamento das mulheres nos termos dos artigos 2, 21 e 33(4) da Constituição. Além disso, a Seção 3 da Lei Hindu de Casamentos e Divórcios previa a nomeação de um tutor para dar consentimento ao casamento antes dos 18 anos, o que, mais uma vez, viola a Constituição, que proíbe o casamento de menores de idade.

Decisão

O Tribunal declarou que as disposições impugnadas eram nulas na medida em que violavam as disposições da Constituição que permitem o casamento apenas para pessoas com mais de 18 anos. Declarou ainda que as referidas disposições devem ser interpretadas como permissões ao casamento apenas quando o homem e a mulher tiverem 18 anos ou mais.

O quadro legislativo do Uganda foi assim harmonizado pela decisão constitucional conhecida como *Aboneka*, que orienta o governo a garantir que todas as leis relativas ao casamento indiquem claramente a idade mínima de 18 anos para o casamento, sem exceções. Isso, finalmente, garantirá que as leis estejam em conformidade com as obrigações internacionais de direitos humanos que o Uganda assumiu. **Portanto, o Parlamento ugandês deve tomar as medidas necessárias para alterar essas disposições legais de acordo com a decisão constitucional para garantir a boa implementação das leis e remover qualquer ambiguidade em relação à aplicabilidade das suas disposições.**

Houve também um marco no quadro político e estratégico do Uganda, através da adoção da *Estratégia nacional para acabar com o casamento infantil e a gravidez na adolescência 2014/2015-2019/2020*, cujos princípios orientadores incluem uma abordagem positiva entre pares, a participação das crianças, a construção de parcerias multissetoriais e o envolvimento de lideranças tradicionais e comunitárias. Também se concentrou no aumento do acesso à educação, bem como o acesso a serviços de saúde reprodutiva. A estratégia expirou no final de 2020 e foi desenvolvida uma estratégia revista em 2022, *a Estratégia nacional para acabar com o casamento infantil e a gravidez na adolescência (2022/2023-2026/2027),* que descreve o compromisso atual do Governo do Uganda de reverter a tendência negativa com o objetivo de acabar com o casamento infantil e a gravidez na adolescência para fins de crescimento inclusivo e transformação socioeconómica.

O Uganda também desenvolveu a *Política nacional para crianças* e a *Política nacional para órfãos e crianças vulneráveis* e criou o Fórum Parlamentar para Crianças do Uganda, que são iniciativas voltadas para a realização de todo o potencial de uma criança e a erradicação do casamento infantil através da harmonização de leis e políticas. Uganda também lançou uma campanha nacional intitulada "Protect the Girl, Save the Nation" [Proteja as Raparigas, Salve a Nação] para combater a iniciação sexual precoce, o casamento infantil e a gravidez na adolescência, e promover a parentalidade positiva. À medida que a harmonização de leis e políticas toma forma, o panorama legislativo estabelece uma base progressiva que a programação governamental e as campanhas das partes interessadas podem utilizar para acabar com o casamento infantil.

Apesar desses esforços notáveis, a incidência de casamento infantil permanece assustadoramente alta. Há uma necessidade urgente de realizar uma avaliação para determinar qual seria o impacto da harmonização das leis subsidiárias em relação à melhoria das iniciativas baseadas em evidências para harmonizar leis e políticas nacionais.

Independentemente das suas obrigações internacionais e das suas leis e políticas internas, o Uganda ainda tem uma taxa preocupante de casamento infantil, já que 1,5 milhões de raparigas casam-se antes dos 15 anos e 4,9 milhões antes dos 18 anos.[4] Isso representa 34% das raparigas do país[5], o que significa que uma em cada três raparigas casou-se quando era criança. A taxa de casamento infantil é mais alta nas comunidades mais pobres, que têm acesso a uma educação limitada e estão localizadas nas áreas rurais. Embora todos os três aspetos, que se cruzam, possam estar presentes ao mesmo tempo, o Programa Global do UNFPA-

4 UNICEF (n1)

5 Relatório do UNFPA sobre a Situação da População Mundial 2023

UNICEF para Acabar com o Casamento Infantil lida com eles como três pontos separados de vulnerabilidade. Por exemplo, mais mulheres nas comunidades mais pobres se casaram antes dos 18 anos em comparação com as das comunidades mais ricas (54% vs. 17%, respetivamente), mais mulheres sem educação se casaram antes dos 18 anos em comparação com aquelas com ensino médio ou superior (66% vs. 15%, respetivamente) e mais mulheres nas áreas rurais se casaram antes dos 18 anos em comparação com aquelas nas áreas urbanas (40% vs. 20%, respetivamente).[1] Relata-se que casamentos infantis arranjados são comuns nas áreas rurais.[6] É importante notar que os casamentos no Uganda nem sempre são formais ou registados, portanto, essas estatísticas podem não refletir toda a extensão do problema.

Desafios na implementação de leis sobre casamento infantil

Sem uma implementação eficaz, as leis que proíbem o casamento infantil permanecem apenas no papel. As estatísticas acima fornecem evidências da tarefa difícil a ser enfrentada na implementação dessas leis. Alguns dos desafios são apresentados abaixo:

- Há uma falta de conscientização sobre as leis existentes entre as comunidades. Muitas pessoas não conhecem as ramificações legais dos casamentos infantis e as próprias leis não sejam traduzidas para o vernáculo que os habitantes locais entendem.[7]
- A falta de harmonização entre as leis sobre o casamento cria um problema de implementação. Embora a recente decisão do Tribunal Constitucional seja um passo progressivo e positivo, as leis que permitem o casamento com idade inferior a 18 anos, e são contrárias ao objetivo e às disposições da Constituição, devem ser alteradas de acordo com essa decisão. Não há uma lei consolidada sobre crimes sexuais, que poderia ser remediado pela Lei de Crimes Sexuais pendente. O projeto de lei é a primeira legislação que aborda especificamente a questão do casamento infantil e do abuso sexual infantil.
- Estima-se que aproximadamente 66% das noivas-crianças estejam em uniões informais, dificultando assim a aplicação da lei para rastrear e processar casos de casamento infantil.[8]
- Muitas crenças e práticas tradicionais e religiosas impedem a implementação das leis sobre o casamento infantil. Em muitos contextos, noções patriarcais arraigadas baseiam o valor de uma rapariga nas suas virtudes, portanto, elas são casadas cedo para manter a sua pureza e, dessa forma, controlar a sua sexualidade, embora isso leve ao abuso sexual infantil dentro dos casamentos. Em algumas comunidades, é considerado um tabu religioso uma rapariga ficar menstruada pela primeira vez enquanto ainda estiver na casa onde nasceu.[9] O desmantelamento dessas crenças culturais e religiosas é uma tarefa que a lei por si só não pode enfrentar, pois qualquer sanção aberta dessas práticas apenas as levaria à clandestinidade, em vez de resolver o problema. Existe o risco de as comunidades verem essas leis como algo que altera o seu modo de vida e tenta apagar a sua cultura.
- A pobreza, como impulsionadora do casamento infantil, também é um obstáculo para a implementação da lei. É relatado que, em 2019/2020, 30,1% dos ugandeses viviam abaixo da linha da pobreza.[10] As jovens das comunidades mais pobres correm o risco de se casar para reduzir a carga financeira sobre a sua família, bem como para obter ganhos financeiros com o dote da noiva e o apoio esperado do novo marido. Se a pobreza não for aliviada, o risco de casamentos infantis permanecerá, criando um ciclo contínuo, pois os casamentos infantis também contribuem para a perda de poder económico entre as mulheres.
- Os padrões internacionais exigem que as crianças vítimas de casamento infantil recebam o apoio físico e psicológico necessário.[11] Pesquisas mostram que mães adolescentes têm experiências negativas com profissionais de saúde quando tentam aceder a serviços, algo que contribui para resultados maternos negativos.[12]
- Mulheres e raparigas não têm informações suficientes para entender e reivindicar os seus direitos. O empoderamento legal das raparigas é fundamental para criar uma cultura de justiça, pois melhora o acesso à justiça, bem como a qualidade da justiça que recebem. Há também uma falta de compreensão entre os parlamentares e os funcionários do governo sobre as suas obrigações ao abrigo das leis internacionais de direitos humanos e a necessidade de utilizar uma abordagem baseada nos direitos humanos ao implementar leis sobre o casamento infantil.

6 Governo do Uganda, *Estratégia Nacional para o Fim do Casamento Infantil e da Gravidez na Adolescência 2014/2015-2019/2020.*
7 Joy for Children Uganda. "Child, Early and Forced Marriage in Uganda".
8 UNICEF "Fim do casamento infantil na África oriental e Austral: Visão geral estatística e reflexões sobre o fim da prática" (2022).
9 Governo do Uganda, *Estratégia Nacional para o Fim do Casamento Infantil e da Gravidez na Adolescência 2014/2015-2019/2020.*.
10 Afrobarometer. https://www.afrobarometer.org/publication/ad531-lived-poverty-remains-high-despite-ugandas-poverty-alleviation-initiatives/
11 Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção das Crianças já Casadas.
12 R Apolot et al "Maternal Health Challenges experienced by adolescents; could community score cards address them? A case study of Kibuku District-Uganda" (2020) *International Journal for Equity in Health 19.*



Photo: Suad Kamardeen/Unsplash

África Austral

MALAWI

O Malawi ratificou os principais instrumentos internacionais de direitos humanos que tratam do casamento infantil. O país aderiu à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 12 de março de 1987 e à Convenção sobre os Direitos da Criança em 2 janeiro de 1991. No âmbito do Sistema Africano de Direitos Humanos, ratificou a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança em 16 de setembro de 1999 e o Protocolo de Maputo em 20 de maio de 2005. Após a adoção da Lei Modelo da SADC, o Malawi alterou a sua Constituição em fevereiro de 2017 para aumentar a idade mínima absoluta do casamento para 18 anos, sem exceções. Isto demonstrou que os compromissos assumidos pelo Malawi no Fórum Parlamentar da SADC (FP/SADC) estavam a ser replicados a nível interno.

A Lei de Casamento, Divórcio e Família de 2015 já definia a idade mínima de 18 anos para o casamento, sem qualquer exceção. Ela aplica-se a todas as formas de casamento, incluindo o casamento civil, religioso e consuetudinário por reputação ou coabitação permanente, tornando-a abrangente o suficiente para garantir que todos esses tipos de casamentos sejam realizados entre adultos com 18 anos ou mais. No entanto, a Lei de Cuidados Infantis, Proteção e Justiça de 2011, que proíbe o casamento forçado de crianças, define crianças como pessoas com menos de 16 anos. Embora a Constituição substitua essa legislação, isso cria dificuldades na aplicação da lei, caso ela não seja reformada. O Malawi também adotou uma Estratégia Nacional para Acabar com o Casamento Infantil (2018-2023) que visa reduzir a prevalência do casamento infantil no país em 20% até 2023. A estratégia incorpora os padrões estabelecidos pela Lei Modelo da SADC, uma vez que adota uma abordagem multissetorial para combater o casamento infantil.

Um dos sucessos que o país tem obtido é o engajamento de líderes tradicionais como defensores do fim do casamento infantil. Em fevereiro de 2020, mais de 100 lideranças do sexo feminino se comprometeram a ajudar a acabar com o casamento infantil.[13] Através da implementação de uma abordagem multissetorial, esse compromisso começou a dar frutos. O Centro John Hopkins para Programas de Comunicação assumiu o compromisso dos líderes tradicionais e apoiou-os através do seu programa de ação "Breakthrough", que resultou em algumas mudanças tangíveis no distrito de Chikwawa.[14] Isso levou à anulação de 184 casamentos infantis entre janeiro de 2021 e março de 2022, além de 104 raparigas terem sido readmitidas na escola.[15]

Apesar desse progresso, a taxa de casamento infantil no Malawi permanece elevada. 38% das raparigas casam-se antes dos 18 anos.[16] A pandemia da COVID-19 atrasou alguns dos ganhos obtidos na redução do casamento infantil devido ao fechamento das escolas, que levou à descontinuação de programas de intervenção e à limitação do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, bem como a renovação de estruturas sociais tradicionais que incentivam o casamento infantil.[17] De abril a junho de 2020, a linha nacional de apoio à juventude registou 669 casamentos infantis, um aumento de 83% em relação ao mesmo período do ano anterior.[18]

13 ReliefWeb. https://reliefweb.int/report/malawi/female-chiefs-vow-end-child-marriage-malawi
14 John Hopkins CCP. https://ccp.jhu.edu/2022/09/19/married-child-stopping-malawi/
15 UNICEF (n. 9).
16 Relatório do UNFPA sobre a Situação da População Mundial 2023.
17 The Telegraph. https://www.telegraph.co.uk/global-health/women-and-girls/child-marriages-skyrocket-malawi-covid-19-closes-schools-figures/
18 ReliefWeb (n. 13)

Desafios na implementação das leis nacionais e da Lei Modelo da SADC sobre o casamento infantil

Algumas das disposições das leis nacionais e da Lei Modelo da SADC exigem uma implementação mais eficaz por parte do governo.

- Para fazer cumprir a idade mínima do casamento, é importante realizar a verificação da idade das partes. Esse processo está vinculado ao sistema de registo de nascimentos no país. O Malawi ainda tem dificuldades com o registo de nascimentos, sendo que o alcance do registo de nascimentos situa-se em 67,5%.[19] Existem dificuldades relacionadas à falta de recursos e à falta de compreensão dos benefícios do sistema de registo por alguns membros da comunidade. Isso faz com que algumas crianças não sejam registadas ou que os seus pais não recolham as certidões de nascimento depois de registarem o seu nascimento nos centros de saúde.[20] No entanto, o registo civil através do National Registration Bureau (NRB) planeia registar 600.000 nascimentos em 2023.[21]
- Os mesmos desafios existem em relação ao registo de casamentos. Nos casos em que os casamentos são realizados de acordo com os rituais de costume e nas áreas rurais onde os níveis de alfabetização são baixos, há uma alta probabilidade de que casamentos não são registados, apesar da exigência de registar todos os casamentos, conforme a Lei de Casamento, Divórcio e Relações Familiares.[22] No Malawi, apenas 14% das mulheres que foram noivas-crianças estavam em uniões informais.[23] No entanto, em comparação com o número geral alto de noivas-crianças no país, o número geral de raparigas em uniões informais ainda é grande. Torna-se difícil fazer cumprir as leis do casamento, anular casamentos ou reintegrar as crianças no sistema educacional se os seus dados não forem registados e forem desconhecidos, ou se o seu nascimento tiver sido registado tardiamente.
- Metade da população do Malawi vive na pobreza.[24] Como resultado, algumas famílias casam jovens raparigas para aumentar o seu bem-estar financeiro. As crianças que vivem em comunidades pobres também tendem a abandonar a escola devido à falta de recursos, ficando assim sob risco de casamento infantil. Pesquisas mostram que 48% das crianças casadas antes dos 18 anos eram provenientes das famílias mais pobres.[25] Além disso, algumas raparigas são trocadas em casamento ou noivado segundo a prática tradicional do *kupimbira*, que é uma forma de pagamento de dívida, especialmente praticada no norte do país.[26] Proteções sociais inadequadas, a comercialização de raparigas em muitas comunidades e a falta de empoderamento económico nas comunidades continuarão a dificultar a implementação da Lei Modelo da SADC .
- Tal como o Uganda, a incidência de casamento infantil no Malawi é impulsionada por crenças culturais e práticas patriarcais. Em muitas comunidades do Malawi, ainda pratica-se a cerimónia do rito de passagem da puberdade chamada *chinamwali*[27], segundo a qual, após a formatura, as raparigas (às vezes tão jovens quanto 10-12) são encorajadas a fazer sexo com um homem mais velho como um marcador da sua feminilidade e de estar pronta para o sexo e para o casamento. Em outra prática chamada *fisi*, um homem mais velho chamado de "hiena" é contratado pelos pais de uma rapariga recém-iniciada para dormir com ela e ensiná-la a agradar o seu futuro marido.[28] Num relatório de 2019, foi relatado que em 80% das aldeias no sul do Malawi, a maioria das raparigas tinha participado de rituais de iniciação.[29] Além disso, 2,61% das raparigas envolvidas indicaram ter participado do ritual conhecido como *fisi*.[30] Muitas dessas jovens são forçadas a casarem-se, especialmente se elas ficarem grávidas , pois espera-se que uma jovem grávida se case para evitar trazer "desonra" para a família. A prática contínua dessas tradições nocivas prejudica os esforços para implementar a Lei Modelo da SADC. Vale a pena notar que a mudança de práticas nocivas não é um processo que acontecerá da noite para o dia, portanto a resistência às leis que proíbem o casamento infantil permanece um problema dentro das comunidades e entre os líderes tradicionais.[31]

19 As últimas estatísticas disponíveis sobre isso são de 2016. Ver: Centre for Excellence for CRVS Systems "Snapshot of the Civil Registration and Vital Statistics Systems of Malawi" (2021).
20 MS Msiska "An assessment of birth registration processes among the rural population in Malawi: A case study of Traditional Authority Kasisi in Chikwawa district" (2020) *International Journal of Science and Research* 1281.
21 Plano Estratégico NRB, 2019-2023
22 Parte VIII da Lei de Casamento, Divórcio e Relações Familiares de 2015.
23 UNICEF (n. 1)
24 Banco Mundial. https://data.worldbank.org/country/malawi
25 Gabinete Nacional de Estatística do Malawi "*Multiple Indicator Cluster Survey 2019-2020: Monitoring the situation of children and women.*"
26 Human Rights Watch "*I have never experienced happiness: Child marriage in Malawi*" (2014)
27 ONU Mulheres *Estudo analítico multinacional de legislação, políticas e intervenções e práticas culturais sobre casamento infantil na África (2019)*
28 ONU Mulheres (n. 27)
29 ONU Mulheres (n. 27)
30 ONU Mulheres (n. 27)
31 Bantwana World Education Initiative "Learning event on ending child marriages in Malawi" (2019)



Photo: Zach Lucero/Unsplash

- A implementação das leis também exige que as pessoas protegidas por essas leis estejam cientes do seu conteúdo e de como procurar assistência. A Human Rights Watch constatou que muitas das raparigas e mulheres no Malawi que foram vítimas de casamento infantil não estavam cientes dos seus direitos perante a lei e, portanto não sabiam onde procurar assistência.[32] O Malawi tem, portanto, uma lacuna na disseminação de informações.
- O quadro legislativo do Malawi inclui estatutos comunitários que são normalmente utilizados em tribunais informais nas zonas rurais. No entanto, é preocupante o facto de estas leis raramente serem revistas para garantir que estão em conformidade com a lei estatutária, mas serem amplamente aplicadas nas comunidades, potencialmente perpetuando os casamentos infantis.[33]
- Embora o Malawi facilite a anulação de casamentos e a reintegração das crianças, os serviços atualmente prestados não atendem às necessidades das crianças, conforme o previsto na Lei Modelo da SADC. O mecanismo de acompanhamento após o retorno das crianças para casa precisa ser fortalecido, pois muitas crianças têm dificuldade com a reintegração nas suas famílias após o seu retorno. Em alguns casos, os pais relutam em retomar as suas filhas, especialmente se elas já tiverem filhos.[34] O apoio oferecido às crianças retornadas, incluindo apoio psicológico, habilidades parentais e aconselhamento, precisa ser melhorado. Essas questões comprometem a eficácia do exercício de reunificação.
- A dotação orçamental para os serviços de proteção infantil no Malawi tem sido baixa e isso afeta a implementação das leis de casamento infantil e os padrões estabelecidos pela Lei Modelo da SADC. O UNICEF relata que a dotação orçamentária foi estimada em US$ 0,08 por criança para o ano de 2022/2023 (que é 0,02% do orçamento nacional), uma quantia muito baixa e inadequada.[35] Além disso, a Comissão Nacional da Criança recebeu apenas MK 275 milhões (cerca de US$ 335.000) em vez dos MK 2 bilhões estimados (cerca de US$ 2,4 milhões) necessários para o seu estabelecimento.[36] Isso limita a sua capacidade de fornecer serviços de proteção a crianças (incluindo o registo de nascimentos, a proteção contra práticas nocivas e violência, serviços de apoio, etc.) que são cruciais, especialmente em atividades programáticas que apoiam crianças sob o risco de casamento infantil e crianças já casadas.

32 Human Rights Watch (n. 26)
33 ONU Mulheres, "Realizing the African Union Campaign to end child marriage: emerging lessons from child marriage programming from Malawi and Zambia" *Policy Paper* (2020)
34 Bantwana (n. 31)
35 UNICEF Child Protection Budget Brief: Malawi 2022-2023
36 UNICEF (n35)

ZÂMBIA

Como muitos países africanos, a Zâmbia é signatária dos principais instrumentos internacionais e regionais que proíbem o casamento infantil. O país aderiu à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 21 de junho de 1985 e à Convenção sobre os Direitos da Criança em 6 de dezembro de 1991. No âmbito do Sistema Africano de Direitos Humanos, a Zâmbia ratificou a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança em 2 de dezembro de 2008 e o Protocolo de Maputo em 2 de maio de 2006. As leis nacionais ainda não incorporam plenamente as normas estabelecidas por esses instrumentos internacionais, tampouco Lei Modelo da SADC. A Zâmbia tem um sistema jurídico duplo que reconhece o direito consuetudinário e o direito estatutário, ambos aplicáveis às leis do casamento. A Lei do Casamento de 1964 declara nulo um casamento no qual qualquer uma das partes tenha menos de 16 anos de idade, no entanto, o consentimento parental e judicial pode ser fornecido para o casamento entre pessoas com menos 21 anos e mais de 16 anos. Esta disposição aplica-se apenas a casamentos civis, uma vez que os casamentos consuetudinários não estão sujeitos a quaisquer restrições de idade em virtude do Artigo 23(4) da Constituição sobre a não discriminação, o que exclui a aplicação da lei estatutária a casamentos consuetudinários. No entanto, em junho de 2023, o Gabinete da Zâmbia aprovou a publicação e a introdução no parlamento do Projeto de Lei de Casamento (Emenda) de 2023, que, se adotado como lei, aumentará a idade do casamento de 16 para 19 anos.[37] Essa medida será um passo em direção à harmonização das leis na Zâmbia, uma vez que a Constituição reconhece a maioridade em 18 anos e a Lei da Criança já proíbe o casamento infantil. Espera-se que o projeto de lei seja aprovado o mais rapidamente possível para garantir uma proteção adequada às crianças.

A Zâmbia promulgou uma reforma legislativa através da Lei contra a Violência Baseada no Género (n.º 1 de 2011) que define de forma abrangente atos de violência baseada no género, incluindo o casamento forçado e o casamento infantil. A Lei define que uma criança é uma pessoa com menos de 16 anos de idade. A Lei de Educação de 2011 também proíbe o casamento de alunos. No entanto, a Lei da Educação ainda define os alunos como crianças menores de 16 anos, o que deixa as crianças entre 16 e 18 anos de idade desprotegidas.

A Lei de Equidade e Igualdade de Género (n.º 22 de 2015) nacionaliza a CEDAW, o Protocolo de Maputo e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. Ela define uma criança como sendo uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Da mesma forma, a Lei do Estatuto da Criança de 2022, que nacionalizou a Convenção sobre os Direitos da Criança e a ACRWC, proíbe o casamento de menores de 18 anos para rapazes e raparigas. **Portanto, isso mostra que há uma necessidade de harmonizar as leis de acordo com a Lei Modelo da SADC, que exige um padrão absoluto de 18 anos como a idade mínima para o casamento, sem exceções, bem como a necessidade de harmonizar as leis com o fim de remover a ambiguidade na sua interpretação.**

A Estratégia Nacional da Zâmbia para Acabar com o Casamento Infantil (2016-2021) foi concebida com o objetivo de reduzir os casamentos infantis em 40% até 2021. Essa meta não foi cumprida, no entanto, a estratégia constitui uma boa base para atividades programáticas para acabar com o casamento infantil. Tal como os padrões estabelecidos na Lei Modelo da SADC, a estratégia adota uma abordagem multissetorial que inclui a formação de capacidades para jovens, pais e comunidades, o envolvimento dos meios de comunicação, a mobilização social, o envolvimento da comunidade através de líderes tradicionais e religiosos e mecanismos de coordenação multissetorial. A Zâmbia também adotou o Plano Nacional de Prevenção e Resposta para acabar com a Violência contra Crianças (2021-2025), que é relevante, pois o casamento infantil é uma forma de violência infantil.

As estatísticas de casamento infantil na Zâmbia são, sem dúvida, preocupantes. Estima-se que 29% das mulheres entre 20 e 24 anos se casaram antes dos 18 anos.[38] Estima-se que esse índice seja de até 60% na região leste do país.[39] De acordo com o UNFPA e o UNICEF, em 2020, havia 1,7 milhão de noivas-crianças na Zâmbia, sendo que cerca de 400 mil delas se casaram antes dos 15 anos.[40] Órfãs e enteadas são especialmente vulneráveis ao casamento infantil, estando este último grupo sob o maior risco de se casar como maneira de reduzir o fardo financeiro para a família.[41] Embora os estudos mostrem que o casamento infantil está, em linhas gerais, em declínio lento, especialmente em comparação com as estatísticas de 30 anos atrás, o progresso não é rápido o suficiente para alcançar a erradicação total definida como meta a ser alcançada até 2030 conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.[42]

37 https://www.thestar.com.my/news/world/2023/07/01/zambia-considers-raising-marriage-legal-age
38 Zambia Demographic Health Survey 2018
39 National Assembly of Zambia: Information Brief: Child Marriage in Zambia (2022)
40 UNFPA-UNICEF Programa Global para Acabar com o Casamento Infantil *Perfil Nacional da Zâmbia* (2020)
41 Bantwana (n. 31)
42 ONU Mulheres (n. 33)

Desafios na implementação da Lei Modelo da SADC

- Evidências da Zâmbia indicam que a educação desempenha um papel fundamental na luta contra o casamento infantil. Embora tenha sido estabelecido que as crianças que abandonam a escola se tornam vulneráveis ao casamento infantil, também é sugerido que o nível de educação dos pais desempenha um papel fundamental para determinar se eles tomarão ou não a decisão de casar os seus filhos em tenra idade.[43] Na África Subsaariana em geral, como na Zâmbia, há uma disparidade nos níveis de educação entre os habitantes urbanos e rurais,[44] o que contribui para que o casamento infantil seja mais prevalente nas áreas rurais. As evidências mostram que 39% de mulheres em áreas rurais foram noivas-crianças, em comparação com 19% nos centros urbanos.[45]
- Como uma solução de curto prazo, uma conscientização direcionada sobre o casamento infantil precisa ser implementada em áreas onde os níveis de educação geral são atualmente baixos. A longo prazo, e usando uma abordagem multissetorial, o acesso à educação para famílias que vivem em áreas rurais precisa ser priorizado como uma estratégia para acabar com o casamento infantil. A definição de "criança" é inconsistente nas leis da Zâmbia, por exemplo, a Constituição, a Lei de Igualdade e Equidade de Género e a Lei do Estatuto da Criança definem uma criança como uma pessoa com menos de 18 anos de idade. No entanto, a Lei de Educação protege apenas crianças com idade inferior a 16 anos de idade, enquanto sob o Código Penal, a idade de uma criança para fins de definição da idade sexual é uma pessoa com menos 16 anos de idade. Além disso, a Lei do Casamento permite o casamento de pessoas acima de 16 anos de idade com o consentimento escrito de um pai, tutor ou juiz. **Embora se esperasse que a promulgação da Lei do Estatuto da Criança trouxesse alterações nessas outras leis, essas alterações precisam ser aceleradas para remover as inconsistências** .
- A falta de recursos dificulta a implementação eficaz de programas que apoiam o fim do casamento infantil. Recursos inadequados afetam a nomeação de agentes de proteção infantil adequados e outras estruturas de apoio, tornando-se assim um obstáculo para a implementação eficaz desses programas.[46]
- Aumentar a conscientização das partes interessadas relevantes é importante para a implementação eficaz dos programas, tal como o processo de readmissão de alunas ou a provisão de educação sexual integral. Além disso, as alunas que são readmitidas na escola precisam de amplo apoio psicológico para tratar e recuperar a sua confiança depois de terem sofrido o trauma de responsabilidades conjugais, estupro e, possivelmente, maternidade precoce ou aborto inseguro.
- Tal como o Uganda e o Malawi, as comunidades zambianas têm algumas crenças e práticas culturais que têm o efeito de alimentar os casamentos infantis. Os ritos de iniciação à puberdade contribuem para o abuso sexual infantil, casos de iniciação sexual precoce e pressão para contrair casamento.[47]
- A falta de capacitação entre as principais instituições dificulta a implementação adequada das leis de casamento infantil. Embora o país tenha estabelecido tribunais acelerados para lidar com casos de violência de género, incluindo o casamento infantil (quatro tribunais estabelecidos até 2018), o número de tribunais ainda não é suficiente para atender a população. Os tribunais de instância inferior e ordinária na Zâmbia aplicaram o direito consuetudinário a infrações penais em alguns casos, e não foram muito eficazes no fornecimento de recursos adequados para esses tipos de infrações.[48]
- As informações sobre o casamento infantil e as suas consequências estão muitas vezes envoltas em mistério e, portanto, alimentam a disseminação de desinformação ou a falta de compreensão. Em algumas comunidades da Zâmbia, as conversas sobre o casamento infantil são tabu, levando à continuação dos casamentos infantis.[49] **Embora a situação esteja melhorando, conversas abertas precisam ser incentivadas.**

43 UNICEF (n35)
44 S Sumida e K Kawata, "An analysis of the learning performance gap between urban and rural areas in sub-Saharan Africa" (2021), *South African Journal of Education* 1
45 UNICEF (n. 1)
46 World Vision. https://www.wvi.org/zambia/article/situation-report-child-marriages-zambia
47 Ficha Informativa sobre Casamento Infantil REPSSI.
48 T Braun, "The role of the law in elimination child marriage in the Commonwealth" (2018). *Associação de Advogados da Commonwealth*.
49 https://www.bushcenter.org/publications/protecting-childhoods-and-empowering-girls-first-ladies-lend-their-platforms-to-end-child-marriage

RECOMENDAÇÕES

QUESTÕES LEGAIS

- De acordo com as suas obrigações sob os termos dos tratados internacionais, continentais e regionais de direitos humanos, os Estados da África Oriental e Austral devem alinhar as suas leis domésticas de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos, particularmente no que diz respeito à fixação da idade mínima de 18 anos para o casamento, sem exceções, de acordo com o artigo 6(b) do Protocolo de Maputo e o artigo 21(2) da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, que proíbem o casamento e o noivado de crianças menores de 18 anos. Isto deve aplicar-se a todas as formas de casamento, incluindo o casamento consuetudinário e religioso. A harmonização das leis também deve incluir a revisão e a alteração dos estatutos que são aplicados pelos tribunais informais locais para garantir que estejam alinhados com as leis estatutárias, bem como a harmonização da definição de criança (qualquer pessoa menor de 18 anos de idade) nas leis relacionadas.
- As leis relativas ao casamento infantil devem proibir explicitamente noivados entre pessoas com menos de 18 anos de idade, estabelecendo penalidades claras pela violação dessas disposições. Noivados forçados em geral também devem ser evitados para indivíduos de todas as idades, uma vez que constituem uma violação do direito humano ao livre consentimento para se casar com alguém da sua escolha, que é uma extensão do direito à liberdade de expressão e do direito à integridade física.
- As leis sobre herança devem ser sólidas o suficiente para garantir que raparigas ou crianças nascidas fora do casamento não sejam deserdadas ou deixadas desamparadas. As leis sobre herança também devem ser alteradas para garantir que não descriminam com base em sexo ou género.

QUESTÕES FINANCEIRAS

- Os Estados devem garantir um financiamento sustentável, incluindo dotações orçamentárias anuais adequadas e a exploração de oportunidades para estabelecer fundos sustentáveis contra o casamento infantil como uma prática comum e para financiar programas destinados a apoiar a erradicação do casamento infantil.
- Como parte da adoção de uma abordagem multissetorial, a alocação orçamentária para diferentes setores governamentais deve incluir linhas orçamentárias destinadas a atividades de integração que contribuam para eliminar o casamento infantil. Por exemplo, o orçamento do Departamento de Educação deve incluir um financiamento específico para bolsas de estudo destinadas às crianças sob risco e às crianças readmitidas e recuperadas após casos de casamento infantil, bem como o desenvolvimento de currículos dedicados a uma educação sexual integral. O Departamento de Saúde deve ter um financiamento dedicado para serviços de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes, bem como para melhorar as ligações entre uma educação sexual integral e esses serviços.
- As dotações orçamentais devem ser aumentadas para programas de proteção social destinados a aliviar a pobreza nas comunidades mais vulneráveis. Conforme recomendado pela Lei Modelo da SADC, os governos devem fornecer transferências de dinheiro às famílias para prevenir casamentos infantis e fornecer fundos às raparigas para que possam concluir o ensino secundário.
- Os orçamentos devem ser aumentados para melhorar os processos de registo civil e garantir registos de nascimento numa taxa de 100%, bem como registos de casamentos, como estratégia para reduzir o casamento infantil. Isso inclui aumentar o corpo de funcionários e descentralizar os serviços de registo.
- A cooperação contínua com parceiros internacionais de desenvolvimento é importante para aumentar o financiamento dos programas.
- Os Estados devem considerar o fornecimento de incentivos a empresas privadas para se envolverem em programas de responsabilidade social corporativa voltados para o fim do casamento infantil, sob a coordenação do ministério responsável por questões de género e infantis.
- Os Estados devem fortalecer os programas de assistência jurídica para facilitar o acesso à justiça para as crianças necessitadas.

QUESTÕES DE PROTEÇÃO

- Os Estados devem criar grupos de apoio entre pares e comunitários para crianças sob o risco de casamento infantil, em situação de casamento infantil ou que foram devolvidas para as suas famílias. Estes podem ser na forma de grupos voluntários que utilizam as estruturas comunitárias existentes, tais como grupos de igrejas, cooperativas e sociedades funerárias. Os grupos podem receber formação para corrigir a falta de informação sobre casamentos infantis e serem equipados com as habilidades necessárias para lidar com a miríade de desafios que essas crianças enfrentam emocional e fisicamente.
- Os grupos de apoio também devem receber formação sobre o conteúdo das leis, para criar caminhos de referência acessíveis para as crianças que precisam de serviços (incluindo a remoção do casamento, serviços médicos ou psicológicos) e acesso à justiça.
- Os professores e outras autoridades escolares devem receber formação sobre como lidar com as alunas readmitidas, com vista a reduzir a discriminação e a estigmatização das sobreviventes do casamento infantil e das jovens mães. As escolas também podem realizar periodicamente exercícios de sensibilização, incluindo a divulgação de rotas de encaminhando e a integração de uma educação sexual integral nos currículos.
- A provisão de linhas telefónicas de apoio gratuitas ajuda a proteger as crianças sob risco. Estas devem ser o mais acessível possível. No caso de crianças rurais sem acesso ao telefone, vias de encaminhamento claras devem ser estabelecidas em instituições públicas. Estas devem ser bem divulgadas e devem estar vinculadas aos grupos de apoio destacados acima, que estarão melhor equipados para fornecer uma assistência rápida.
- Devem ser estabelecidos abrigos e lares seguros onde as raparigas sob o risco de casamento infantil possam buscar proteção.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- Os Estados precisam garantir que quaisquer novas leis ou emendas, quando aprovadas, sejam acompanhadas por uma estratégia clara de disseminação de informações. Isso pode ser feito enviando informações em cascata para as estruturas do governo local e conduzindo programas de conscientização nos círculos eleitorais. Por exemplo, o Uganda, através de uma série de reuniões regionais e distritais, divulgou a Estratégia Nacional para Acabar com o Casamento Infantil, a fim de criar consenso e apoio a nível distrital.
- Os Estados devem traduzir as leis novas e existentes para os idiomas locais para garantir que sejam acessíveis aos membros da comunidade.
- Os Estados devem abordar qualquer informação errada que possa estar a circular sobre casamentos infantis e corrigir a narrativa por meio de campanhas de informação claras e consistentes. Os meios de comunicação podem ser envolvidos como um parceiro importante.
- As organizações da sociedade civil são partes interessadas importantes para ajudar a divulgar informações sobre o risco e as consequências do casamento infantil. As organizações de base comunitária, em particular, têm redes que podem ajudar a educar a comunidade, portanto, os governos devem estabelecer parcerias com elas para tornar os seus programas mais eficazes.
- Os parlamentares devem desempenhar um papel de liderança dentro das comunidades como defensores da desmistificação de tabus para prevenir casamentos e noivados infantis.

CAPACITAÇÃO

- Como parte das estratégias de implementação, os Estados devem realizar formação e capacitação contínuas, envolvendo as partes interessadas relevantes. Isso inclui autoridades, oficiais do judiciário, funcionários de proteção infantil e bem-estar social, fornecedores de cuidados de saúde e funcionários de educação. A formação não deve ser *ad hoc,* mas conduzida de forma sistemática, tanto para novos funcionários quanto para os funcionários existentes, através de uma educação contínua. A formação deve incluir a sensibilidade no tratamento de sobreviventes de casamento infantil, informações corretas sobre o efeito do casamento infantil, bem como esclarecimentos sobre o combate a preconceitos.
- Além disso, os Estados devem conceber maneiras culturalmente respeitosas e apropriadas de se envolver com as comunidades e alertá-las sobre os perigos do casamento infantil. O Malawi, como uma boa prática, conseguiu obter defensores entre os chefes tradicionais que têm autoridade cultural nas comunidades para defender o fim do casamento infantil. A Zâmbia criou um Programa de Assistência Social Comunitária nas regiões de Katete e Senanga, focado na sensibilidade em relação a valores da comunidade, utilizando trabalhadores comunitários que entendem a comunidade e já têm a sua confiança. Os funcionários procuram vulnerabilidades e fatores de risco entre as raparigas, identificam e envolvem as suas famílias e trazem apoio através dos membros da comunidade.[50]

50 https://borgenproject.org/child-marriage-in-zambia/

Contact Equality Now

info@equalitynow.org

www.equalitynow.org

@equalitynoworg

@equalitynow

@equalitynoworg

Contact UNFPA East and Southern Africa

comms-team-esaro@unfpa.org

www.esaro.unfpa.org

@UNFPA.ESARO

@UNFPA_ESARO

UNFPA

Spotlight Initiative

SADC Parliamentary Forum Forum Parlementaire Fórum Parlamentar

Equality Now
A just world for women and girls.